



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009689-34.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos**
Requerente: **Fernando Aldo Canos**
Requerido: **Mercadolivre.com Atividades de Internet Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter realizado a venda de produto por meio da rede mundial de computadores, utilizando a ré para a implementação do respectivo pagamento.

Alegou ainda que mesmo pagando a tarifa pertinente à transação a ré gerou por duas vezes novo débito a esse título, além de alterar sua reputação.

A prova documental de fls. 02/12 respaldou satisfatoriamente o relato exordial.

Nesse sentido, a venda trazida à colação restou positivada a fl. 06, ao passo que nesse documento e no de fl. 03 fica evidenciado o pagamento da respectiva tarifa.

Todavia, extrai-se de fl. 02 que a ré gerou duas outras cobranças dessa mesma tarifa.

Já quanto à qualificação do autor, foi modificada como se vê a fls. 07 e 09/12.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A ré em contestação admitiu ter gerado a dupla cobrança da tarifa concernente à venda realizada pelo autor, asseverando que o comprador se manifestou interessado a tanto por três vezes e consumou somente uma aquisição.

Acrescentou que como o autor não qualificou as demais negociações como não concretizadas essa omissão rendeu ensejo às novas cobranças.

Já em face da qualificação do autor, a peça de resistência silenciou sobre o assunto, mas a fl. 19 a ré deixou claro que a qualificação do autor é de 100% positiva.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Com efeito, mesmo que se admita eventual responsabilidade do autor na geração da dupla cobrança questionada da tarifa da venda que levou a cabo, por não ter qualificado duas vendas como não concretizadas, transparece evidente que estas não se deram.

A própria ré reconheceu tal fato, óbvio de outra parte porque um único bem não poderia ter sido vendido três vezes, de sorte que nada justifica a cobrança em apreço.

Por outras palavras, como restou demonstrada uma única venda por parte do autor, as duas outras cobranças das respectivas tarifas carecem de lastro a sustentá-las, até porque inexistiu serviço algum a seu propósito.

Já quanto à qualificação do autor, não foi esclarecida a razão da alteração de sua reputação, o que impõe o retorno ao status quo ante.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade da cobrança tratada nos autos, relativa à dupla tarifa da venda realizada pelo autor no importe total de R\$ 70,00, bem como para condenar a ré a restabelecer a reputação do autor na forma declinada a fl. 07.

Torno definitiva a decisão de fls. 13/14, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 15 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**